

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	6
Demonstrações contábeis	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	15

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA.

C.N.P.J. 02.864.364/0001-45

Relatório da Administração

Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições estatutárias, legais e regulatórias, submetemos à apreciação dos senhores as Demonstrações Financeiras do Plano de Saúde Ana Costa Ltda. e o Relatório dos Auditores Independentes relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com o encerramento em 31 de dezembro de 2018.

Principais Resultados

O Plano de Saúde Ana Costa teve um crescimento na receita com operações de assistência à saúde de 4,9% comparado com 2018. As despesas assistenciais tiveram aumento de 10% comparado com 2018. A sinistralidade foi de 79,91% contra 71,9% em 2018, representando aumento de 8%, principalmente em razão do aumento de custos assistenciais em nossa rede credenciada. Neste ano apuramos um Lucro Operacional Bruto de 22% percentual menor do que apresentado em 2018.

O ano de 2019, encerramos com 96.923 beneficiários, e no ano anterior com 97.588, uma queda de 0,68%, na modalidade de assistência médica e odontológica, a interrupção da comercialização de planos a pessoas físicas, ocorrida em 01 de outubro de 2019, foi uma das principais razões para a queda do número de beneficiários.

A Operadora mantém seus compromissos financeiros rigorosamente em dia, e não utilizou no exercício crédito de conta garantida, encerrou o ano com o índice de liquidez corrente de 2,43%.

Em cumprimento à legislação aplicável, que estabelecem as regras para as Garantias Financeiras, encerrou o exercício com suficiência nos Recursos Próprios Mínimos – Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência, Ativos Garantidores – Vínculo e Lastro e Provisões Técnicas – PEONA e PELS.

Política de destinação de lucros/superávits/sobras

Em conformidade com o Contrato Social, a distribuição de dividendos é deliberada em Assembleia de Sócios, os resultados apurados em 2019 e 2018 foram revertidos 100% para reserva de lucros.

Investimentos

Em 2019, investimos na empresa controlada Hospital Ana Costa S.A., R\$ 22.477.844, desse valor foi integralizado para capital R\$ 22.477.844 correspondente a 5.093.970.063 ações, passando o percentual de participação de 99,34% para 99,78%, restando um saldo de R\$ 3.775.495 no AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

O resultado da equivalência patrimonial proveniente da empresa controlada foi negativo em R\$ 8.043.331.

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2019, o Plano de Saúde Ana Costa contava com 163 colaboradores e 178 em 2018. Os custos e despesas com pessoal no exercício, no montante total de R\$ 11.016.465 milhões representaram um crescimento de 17% em comparação a 2018, ou aproximadamente 4% do faturamento. Este aumento ocorreu principalmente em razão do pagamento das horas extras conforme definido em acordo coletivo da categoria e as indenizações contratuais por rescisão de contrato de trabalho. Além dos gastos com salários e encargos obrigatórios, as despesas com pessoal incluem gastos com benefícios oferecidos pela organização a seus colaboradores como: assistência médica, vales refeição, alimentação e transporte, auxílio creche, uniformes e treinamentos internos e externos.

Perspectivas

Para 2020 acreditamos que a economia continuará sua retomada no ritmo das atividades e negócios no país, que os indicadores macroeconômicos continuarão sua trajetória ascendente, com a consequente melhora no nível de confiança de consumidores e empresários. A operadora de forma sustentável vem emanando esforços e aprimorando seus processos a fim de melhorar sua eficiência operacional, de modo a obter maior controle de custos que impactam diretamente no resultado da operação.

O Plano de Saúde Ana Costa continua confiante na recuperação e desenvolvimento do setor de saúde suplementar.

Na área Comercial, o objetivo da sociedade é continuar crescendo e assumir a liderança em sua região de atuação, valendo-se de estratégias de incentivo nas vendas e maior divulgação da marca.

Na área assistencial, a sociedade continuará investindo recursos na Cidade de Santos e toda Baixada Santista, tendo como foco a ampliação da rede de atendimento e na promoção e prevenção da saúde.

O Plano de Saúde Ana Costa está atento aos desdobramentos do surto de Coronavírus (Covid-19) a fim de mitigar os eventuais impactos em suas operações.

Continuidade Operacional

A Administração avaliou as Demonstrações Contábeis apresentadas em 31/12/2019, e verificou que há capacidade financeira em continuar no mercado e traçou novos projetos para o exercício seguinte.

Agradecimentos

O Plano de Saúde Ana Costa agradece à dedicação e o empenho de seus colaboradores, o apoio dos prestadores e fornecedores, a confiança de clientes e toda alta administração, demonstrados para a obtenção dos resultados.

Santos, 20 de março de 2020.

A Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Administradores e Acionistas da
Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
Santos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Plano de Saúde Ana Costa Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Plano de Saúde Ana Costa Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2020.



Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(EXPRESSO EM REAIS)

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	NOTA	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE		135.719.215	123.884.808
Disponível	4	2.526.726	1.688.151
Realizável		133.192.490	122.196.657
Aplicações Financeiras	5	106.497.544	95.831.619
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		29.443.542	28.057.593
Aplicações Livres		77.054.001	67.774.026
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	20.166.700	20.175.219
Contraprestação Pecuniária a Receber		19.877.899	19.938.091
Participação de Beneficiários em Eventos Indenizáveis		288.800	237.129
Créditos Tributários e Previdenciários	7	343.153	352
Bens e Títulos a Receber	8	6.088.315	6.171.090
Despesas Antecipadas	9	96.778	18.376
ATIVO NÃO CIRCULANTE		40.788.743	33.048.050
Realizável a Longo Prazo	10	16.399.495	16.863.892
Ativo Fiscal Diferido	10-a	4.507.699	7.270.249
Depósitos Judiciais e Fiscais	10-b	8.116.301	8.593.643
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	10-c	3.775.495	1.000.000
Investimentos	11	24.272.264	16.047.298
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		24.272.264	16.047.298
Imobilizado	12	116.985	136.860
Imobilizado de Uso Próprio		116.985	136.860
Não Hospitalares/Odontológicos		116.985	136.860
TOTAL DO ATIVO		176.507.959	156.932.859

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(EXPRESSO EM REAIS)

BALANÇO PATRIMONIAL			
PASSIVO	NOTA	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO CIRCULANTE		55.816.310	51.281.344
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	51.039.465	44.543.899
Provisões de Contraprestações		26.095.813	25.518.634
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PCNG		26.095.813	25.518.634
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		3.425.775	4.336.911
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serv.Assistenciais		8.271.368	5.895.899
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA		13.246.509	8.792.456
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	14	1.108.996	1.643.866
Contraprestações a Restituir		37.788	38.969
Receita Antecipada de Contraprestações		734.178	478.754
Comercialização sobre Operações		337.029	1.126.143
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15	2.040.358	2.530.427
Débitos Diversos	16	1.627.492	2.563.151
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		8.673.294	16.782.093
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	5.723.395	5.309.092
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		5.723.395	5.309.092
Provisões	17	2.949.898	11.473.001
Provisões para Ações Judiciais		2.949.898	11.473.001
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	112.018.354	88.869.422
Capital Social	18-a	25.106.551	25.106.551
Reservas			
Reservas de Lucros	18-b	89.560.927	66.451.984
Outros resultados abrangentes		(2.649.124)	(2.689.113)
TOTAL DO PASSIVO		176.507.959	156.932.859

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(EXPRESSO EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	nota	31/12/2019	31/12/2018
Contraprestações Efetivas Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		287.000.153	273.524.400
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		291.634.438	280.351.309
Contraprestações Líquidas Retidos		291.634.438	280.351.309
Varição das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde			
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(4.634.286)	(6.826.909)
Eventos Indenizáveis Líquidos	19	(227.041.173)	(196.631.059)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(222.587.120)	(200.283.743)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(4.454.053)	3.652.683
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		59.958.980	76.893.340
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		440.870	272.500
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	20	178.674	439.048
Outras Receitas Operacionais		178.674	439.048
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(1.224)	(16.363)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		2.689.355	(3.167.820)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		3.323.975	(2.703.587)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(634.621)	(464.233)
Outras Despesas Oper.de Assist.à Saúde Não Rel.com Planos de Saúde da Operadora		(75.467)	(114.846)
RESULTADO BRUTO		63.191.187	74.305.859
Despesas de Comercialização		(6.128.520)	(9.544.579)
Despesas Administrativas		(16.052.924)	(26.849.151)
Resultado Financeiro Líquido	21	7.118.878	7.270.515
Receitas Financeiras		7.356.354	7.436.687
Despesas Financeiras		(237.475)	(166.172)
Resultado Patrimonial	11	(8.043.331)	(3.391.561)
Receitas Patrimoniais		6.798.948	3.297.362
Despesas Patrimoniais		(14.842.278)	(6.688.922)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		40.085.290	41.791.084
Imposto de Renda	15	(10.377.265)	(13.822.385)
Contribuição Social	15	(3.836.532)	(5.181.044)
Impostos Diferidos	15	(2.762.550)	3.033.569
RESULTADO LÍQUIDO		23.108.943	25.821.225

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(EXPRESSO EM REAIS)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Capital/Patrimônio Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	25.106.551	40.630.759		65.737.310
Perda na Variação de Percentual na Particip.de Investimentos			(2.689.113)	(2.689.113)
Resultado líquido do Exercício		25.821.225		25.821.225
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	25.106.551	66.451.984	(2.689.113)	88.869.422
Ganho na Variação de Percentual na Particip.de Investimentos			39.990	39.990
Resultado líquido do Exercício		23.108.943		23.108.943
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	25.106.551	89.560.927	(2.649.124)	112.018.354

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(EXPRESSO EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2019	31/12/2018
Resultado Líquido do Exercício	23.108.943	25.821.225
Outros Resultados Abrangentes	39.990	(2.689.113)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	23.148.933	23.132.111

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(EXPRESSO EM REAIS)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA - DFC		
D.F.C	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais		
(+) Recebimento de Plano de Saúde	293.894.108	281.920.402
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	73.447.943	26.589.539
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	12.187.489	9.107.224
(+) Outros recebimentos Operacionais	24	-
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(214.960.603)	(203.753.841)
(-) Pagamento de comissões	(6.528.123)	(8.703.603)
(-) Pagamento de pessoal	(9.756.154)	(8.260.520)
(-) Pagamento de Serviços de Terceiros	(2.276.504)	(3.421.296)
(-) Pagamento de tributos	(27.633.304)	(28.080.079)
(-) Pagamento de Processos Judiciais(Civeis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.352.986)	(2.227.516)
(-) Pagamento de aluguel	(415.429)	(403.262)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	-	(246.352)
(-) Aplicações Financeiras	(91.377.199)	(35.717.883)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(8.112.755)	(5.470.100)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	17.116.506	21.332.713
Atividades de Investimento		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(50.284)	(43.621)
(-) Pagamento de Aquisição de partic em outras empresas	(16.227.647)	(23.010.314)
Caixa Líquido das atividades de Investimentos	(16.277.931)	(23.053.935)
Saldo do Período Anterior - Caixa e Bancos	1.688.151	3.409.373
Atividades Operacionais	17.116.506	21.332.713
Atividades de Investimento	(16.277.931)	(23.053.935)
Fluxo do Caixa do Ano	838.575	(1.721.222)
Saldo Final do Período - Caixa/Bancos/Aplicações Liquidez Imediata	2.526.726	1.688.151

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

NOTA 1 – Contexto Operacional

O Plano de Saúde Ana Costa Ltda. (Sociedade) foi constituído sob a forma de sociedade civil de responsabilidade limitada, fundada em 23 de outubro de 1998, com fins lucrativos. O objeto social da sociedade é a operação de planos privados de assistência à saúde, individual, familiar, coletivos e odontológicos, utilizando meios de execução exclusivo do credenciamento de terceiros.

As receitas provêm de venda de planos privados de assistência à saúde, representado por pessoas de natureza jurídica e física, vinculadas a contraprestações pecuniárias pré-estabelecidas e região de segmentação da carteira e encontra-se em grupos de municípios, em Santos e cidades adjacentes.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 20 de março de 2020.

NOTA 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos critérios contábeis constantes na Lei das S/A, com a nova redação dada pelas Leis n.º 11.638/07 e 11.941/09 (artigos 37 e 38), atendem plenamente os Pronunciamentos Técnicos CPC aplicáveis à Sociedade, com observância das normas de operadoras de planos de saúde, emanadas pela ANS/MS – Agência Nacional de Saúde Suplementar – Ministério de Saúde, especificamente à Lei nº 9.656/98 de 03 de junho de 1998 e legislações complementares, basearam-se nos fatos econômicos identificados na documentação, informações e declarações fornecidas pela administração da Sociedade.

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às operadoras de saúde somente quando aprovadas pela ANS. Os pronunciamentos técnicos ainda não aprovados pela ANS até a data dessas demonstrações contábeis são:

- CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil;
- CPC 11 – Contratos de Seguros;
- CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes; e
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Atualmente não é possível estimar quando a ANS irá aprovar esses pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações contábeis. Dessa forma, essas demonstrações contábeis não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

A Sociedade não apresentou demonstrações contábeis consolidadas, pois a controladora final disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que suas controladas são consolidadas. Essa dispensa está em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36.

NOTA 03 – Principais Diretrizes Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais vêm sendo aplicadas de modo consistente e uniforme em todos os exercícios apresentados.

3.1 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora.

3.2 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas e pronunciamentos do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados

3.3 Instrumentos Financeiros

a) Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos nas seguintes categorias:

- **Valor justo por meio do resultado** – Ativos financeiros adquiridos e mantidos com o propósito de negociação no curto prazo, mensurados ao valor justo, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado financeiro do exercício. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.
- **Recebíveis** – Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os recebíveis compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Impairment de ativos financeiros** - A Sociedade avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Sociedade mensura a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão na demonstração do resultado.

Se num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido, a reversão da perda por impairment será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados nas categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

- **Valor justo por meio do resultado** - Registrados inicialmente ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no custo efetivo.
- **Outros passivos financeiros** - Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: obrigações com fornecedores e outras contas a pagar.

A Sociedade baixa seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

3.4 Aplicações Financeiras Garantidoras de Provisões Técnicas

Referem-se a aplicações em fundos de investimentos privados representado exclusivamente por títulos públicos, para garantia da Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados e Ressarcimento ao SUS. A aplicação está demonstrada ao custo, acrescidos dos rendimentos até a data do balanço e não superam o valor de mercado. As garantias financeiras vinculadas até a data do balanço obedecem a critério previsto na Resolução Normativa RN nº 390/2015, independente da constituição total ou acima da proporcionalidade das provisões técnicas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 05

3.5 Aplicações financeiras livres

As aplicações financeiras não lastreadas ao fundo garantidor ANS, são de livre movimentação financeira, estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos apropriados até a data do balanço, conforme demonstrado na nota explicativa nº 05

3.6 Créditos a Receber com Operações de Assistência à Saúde

Os créditos a receber com operações de plano de assistência à saúde referem-se às mensalidades previstas nos contratos individuais ou familiares e nota fiscal dos contratos com pessoas jurídicas são reconhecidos pelo valor nominal, conforme demonstrado na nota explicativa nº 06.

3.7 Provisões para Perdas sobre Créditos

Em relação aos créditos foram constituídas provisões sobre a totalidade dos créditos contratuais de planos individuais e coletivos que apresentaram parcelas vencidas. A Entidade adotou o critério da constituição da provisão para possíveis perdas em seus créditos de contraprestações pecuniárias a receber, considerando (nota explicativa nº 06):

I – O montante dos créditos cuja inadimplência supere 60 (sessenta) dias, para os casos que correspondem a operações com planos individuais de assistência à saúde;

II – O montante dos créditos, cuja inadimplência supere 90 (noventa) dias, para os casos que correspondem a operações de planos coletivos de assistência à saúde.

3.8 Créditos Tributários e Previdenciários

Os valores referem-se principalmente, as antecipações de IRRF retidos sobre resgates de aplicações financeiras, que no exercício de 2020 serão utilizados como saldos negativos de IRPJ e CSLL para compensação de valores devidos nas apurações mensais e anuais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 07.

3.9 Investimentos

A participação na Sociedade Controlada objetiva à utilização das atividades médicas hospitalares e ambulatorial, a título de rede assistencial credenciada.

A sociedade possuía em 2018, 99,34% do capital social do Hospital Ana Costa S.A. e passou a ter em 2019 99,78%, contratualmente designada sócia controladora, sendo avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado, não hospitalares estão demonstrados pelo valor de custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear às taxas que levam em conta a vida útil dos bens, as quais estão demonstradas em notas explicativas do imobilizado.

3.11 Provisões Técnicas de Operações de assistência à saúde

Constituídas em conformidade com os pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas pela PPCNG – Provisão de Prêmio e Contraprestação não Ganha, constituída pela parcela de contraprestação referente ao período que a operadora ainda não prestou o serviço para o beneficiário; PESL – Provisão Eventos e Sinistros a Liquidar, calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela operadora, incluindo o Ressarcimento ao SUS – Sistema de único de Saúde; e PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados, calculada com base em metodologia própria diferenciada, baseada em nota técnica atuarial, aprovada pela ANS por meio do Ofício nº 227/2016 GGAME (COATU) DIOPE em 22 de março de 2016. (vide nota explicativa nº 13).

3.12 Provisões para Ações Judiciais

As provisões são reconhecidas para ações judiciais tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas, conforme descrito na nota explicativa nº 17. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.13 Receitas Antecipada de Contraprestação

Basicamente, contraprestações emitidas e pagas antecipadamente ao seu período de cobertura. Este passivo está representado pela obrigação de prestar e caso não se concretize, pela devolução do dinheiro recebido.

3.14 Impostos correntes e diferidos

Os tributos sobre a renda correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que seguem o mesmo critério de reconhecimento contábil. Os tributos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Os detalhes estão divulgados nas notas explicativas nº 10 e 15.

3.15 Apuração do Resultado

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações dom planos de assistência à saúde e o atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios. Estas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre as vendas. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – pro rata dia – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As receitas com atendimento médico-hospitalar a terceiros são apropriadas pelo regime de competência.

Os custos com serviços prestados englobam os eventos indenizáveis, serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados pela rede credenciada aos beneficiários dos planos de assistência à saúde comercializados pela Sociedade e os custos com a operação da rede própria de assistência médico-hospitalar. Os eventos indenizáveis são reconhecidos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte destas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão. Os custos com a rede própria são reconhecidos no resultado quando incorridos.

NOTA 04 - Disponibilidades

As disponibilidades compreendem os valores do Fluxo de Caixa, bem como numerários depositados em conta corrente e em fundo de investimento junto às Instituições Financeiras.

Descrição	2019	2018
Caixa	1.603	6.199
Bancos	79.248	13.403
Aplicações de Liquidez Imediata	2.445.875	1.668.549
Total	2.526.726	1.688.151

As aplicações compromissadas do Santander tem rentabilidade de 50% do CDI, Conta MAX SANTANDER tem rentabilidade de 10% do CDI e a Aplicação Automática Itaú tem rentabilidade de 2% do CDI.

NOTA 05 – Aplicações Financeiras

Descrição	2019	2018
Aplicações Financeiras Garantidoras	29.443.542	28.057.593
Aplicações Financeiras Livres	77.054.001	67.774.026
Total	106.497.544	95.831.619

Tipo de Aplicação	Rentabilidade
Itaú Gold Corporate	99,49%
Santander - ANS RF	98,02%

Conforme diretriz da administração da Sociedade nos meses de julho e agosto/2019, as aplicações financeiras livres dos Bancos Itaú, Santander e Bradesco migraram para a aplicação financeira do Banco Itaú na modalidade GOLD CORPORATE CRÉDITO PRIVADO RF FIC. As aplicações financeiras vinculadas a ativos garantidores, cuja movimentação segue regras definidas pela ANS, sendo que a rentabilidade média da aplicação no Itaú em 2019 ficou em 99,49% do CDI, e para as aplicações vinculadas ao fundo garantidor (ANS) foi em média 98,02% do CDI no Banco Santander. Conforme detalhamento no quadro acima.

NOTA 06 – Créditos de Operações com planos de assistência à saúde

O saldo deste grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde, conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Planos médico-hospitalares		
Planos Coletivos	5.914.749	5.597.137
Planos Individuais	14.919.331	15.144.220
Co-participação	291.817	238.553
Subtotal	21.125.898	20.979.910
Planos Odontológicos		
Planos Coletivos	8.681	9.405
Planos Individuais	21.681	23.213
Subtotal	30.362	32.617
Total	21.156.259	21.012.527
Provisão para perdas sobre créditos	(989.559)	(837.308)
Total Líquido	20.166.700	20.175.219

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	17.870.843	17.216.433
Vencidos		
Até 30 dias	1.906.439	2.507.305
De 31 a 60 dias	561.873	631.203
De 61 a 90 dias	175.988	199.079
Há mais de 90 dias	641.116	458.507
Subtotal	3.285.416	3.796.094
Total	21.156.259	21.012.527
Movimentação da provisão para perdas		
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldos no início do exercício	837.308	574.003
Constituições e Reversões	2.423.560	1.777.696
Baixas	2.271.309	1.514.391
Saldos no fim do exercício	989.559	837.308

NOTA 07 – Créditos Tributários

DESCRIÇÃO	2019	2018
IRRF s/ Processos Cíveis	363	-
IR - Retido s/Aplic. Finan. a Recuperar	318.344	-
IRPJ a Compensar - Pago a Maior-Indevido	12.338	-
CSLL a Compensar - Pago a Maior-Indevido	4.551	-
Crédito de Prev. Social a Compensar/Rest	7.557	352
Total	343.153	352

NOTA 08 – Outros Bens e Valores

Descrição	2019	2018
Notas Promissórias	917.478	668.930
Cheques em Cobrança	143.548	143.548
Acordo Judicial	314.539	375.133
Sub. Total	1.375.566	1.187.611
PPSC	(1.138.615)	(656.691)
Sub. Total	236.950	530.920
Adiantamento a Funcionários	73.746	72.654
Intercia - Adiantamento HAC (ii)	5.695.785	-
Adiantamento a Fornecedores	2.489	-
Adiantamento Diversos (i)	61.710	5.337.492
Outro Créditos	17.634	230.025
Sub. Total	5.851.365	5.640.170
Total	6.088.315	6.171.090

(i) Os valores são adiantamentos de pagamentos de comissões de vendas as corretoras.

(ii) Os valores são adiantamentos de pagamentos de notas fiscais / faturas do HAC referente custos médicos contabilizados no resultado grupo 4.1.1.

NOTA 09 – Despesas Antecipadas

Descrição	2019	2018
Vale Transporte	-	13.723
Antecipação despesa c/ aluguel	1.934	-
Diferimento de Manutenção de Software	5.648	4.653
Benefícios RH a Apropriar	89.196	-
Total	96.778	18.376

NOTA 10 – Realizável a Longo Prazo

A) ATIVO FISCAL DIFERIDO E PROVISÕES PARA TRIBUTOS DIFERIDOS

Descrição	2019	2018
Provisão para ações judiciais	1.002.965	3.900.820
Provisão para perdas sobre créditos	723.579	507.960
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS	2.781.154	2.861.469
IRPJ DIFERIDO	3.314.484	5.345.771
CSLL DIFERIDO	1.193.214	1.924.478
Total	4.507.699	7.270.249

Os valores dos Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos pelas diferenças temporárias em face de contabilizações de provisões constituídas sobre créditos com planos de assistência à saúde, provisões de eventos a liquidar (SUS) e provisões de ações judiciais, cujos valores serão liquidados em períodos futuros por meio de saída de recursos, o que caracteriza a existência de uma diferença temporária entre o valor contábil do passivo e sua base fiscal, houve o registro do ativo fiscal diferido relativo ao IRPJ e CSLL, o qual será recuperável nos períodos futuros quando esse passivo for dedutível para determinar o lucro tributável, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS12).

B) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Depósitos e Bloqueios Judiciais	2019	2018
Garantia ANS / Ressarcimento ao SUS	6.804.379	6.811.787
Causas Cíveis	492.258	793.702
Causas Trabalhistas	807.530	711.501
Bloqueio Judicial em Conta Corrente	12.135	276.653
Total	8.116.301	8.593.643

C) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO

Outros Créditos a Receber	2019	2018
Intercia-Hospital Ana Costa S.A.- AFAC (i)	3.775.495	1.000.000
Total	3.775.495	1.000.000

TOTAL REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	16.399.495	16.863.892
---------------------------------------	-------------------	-------------------

(i) Os valores são adiantamentos para futuro aumento de capital na controlada HAC.

NOTA 11 – Investimentos

Participação em Empresa Controlada:	2019	2018
Hospital Ana Costa S.A.		
Capital Social	56.257.309	40.029.120
Total de quotas no Capital da Controlada	5.093.970.063	1.702.289.110
Participação no Capital Social	99,78%	99,34%
Patrimônio Líquido da Controlada	24.325.932	16.153.274
Prejuízo do Exercício	(8.055.531)	(5.319.191)
Prejuízo da Equivalência Patrimonial	(8.042.671)	(3.391.023)
Valor do Investimento em 31 de Dezembro	24.272.264	16.047.298

Em 2018, houve investimentos na empresa controlada Hospital Ana Costa S.A., no montante de R\$ 24.010.314, desse valor foi integralizado para capital R\$ 23.010.314, correspondente a 1.676.065.946 ações, passando o percentual de participação de 57,41% para 99,34%, e para o ano de 2019 houve a integralização de Capital de R\$ 16.227.647, totalizando em ações ON o montante de 5.093.970.063, ficando com o percentual de participação de 99,779381%, conforme AGE realizada em 18/12/2019.

A movimentação dos saldos de investimentos da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	Aquisição	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial (i)	Ganhos/Perdas com Investimento Controlada	31/12/2018
<u>Investimento</u>						
Participações societárias						
Hospital Ana Costa S.A.	1	-	23.010.314	(3.391.023)	(3.571.994)	16.047.298

	31/12/2018	Aquisição	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial (i)	Ganhos/Perdas com Investimento Controlada	31/12/2019
<u>Investimento</u>						
Participações societárias						
Hospital Ana Costa S.A.	16.047.298	-	16.227.647	(8.042.671)	39.990	24.272.264

(i) O resultado da equivalência patrimonial está registrado na rubrica “Resultado patrimonial” na Demonstração do Resultado do Exercício, em atendimento ao plano de contas da ANS, juntamente com o prejuízo na alienação de imobilizado de R\$ 660, totalizando R\$ 8.043.331.

NOTA 12 – Imobilizado

O ativo imobilizado da Sociedade é segregado em classes bem definidas e relacionadas as suas atividades operacionais, possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado individuais, deduzido das depreciações calculadas pela taxa vida útil estimada de 10% a.a, para máquinas e equipamentos não hospitalares, móveis e utensílios, instalações, sistema de comunicação e outras imobilizações. Para computadores e periféricos e veículos pela taxa vida útil estimada de 20% a.a.

Imobilizado	31/12/2017 Saldo Anterior	Adições	Baixas Contábeis	Transferências	31/12/2018 Valor Residual	Adições	Baixas Contábeis	Transferências	31/12/2019 Valor Residual
Máq.e Equipos.não Hospitalares	37.396	9.124	-	-	46.520	6.679	(1.501)	-	51.698
Computadores e Periféricos	379.921	45.658	(4.342)	2.670	423.908	19.653	(9.200)	-	434.361
Móveis e Utensílios	147.417	-	(6.275)	2.665	143.807	3.110	(1.580)	-	145.337
Sistema de Comunicação	47.816	-	-	-	47.816	-	-	-	47.816
Instalações	1.700	-	-	-	1.700	-	-	-	1.700
Veículos	18.474	-	-	-	18.474	-	-	-	18.474
Outras Imobilizações	678.165	-	-	-	678.165	-	-	-	678.165
TOTAL	1.310.890	54.782	(10.617)	5.335	1.360.390	29.442	(12.281)	-	1.377.551

Depreciação Acumulada	31/12/2017 Saldo Anterior	Depreciação	Baixas Contábeis	Transferências	31/12/2018 Valor Residual	Depreciação	Baixas Contábeis	Transferências	31/12/2019 Valor Residual
Máq.e Equipos.não Hospitalares	(14.313)	(4.166)	-	-	(18.479)	(4.452)	1.051	-	(21.880)
Computadores e Periféricos	(300.018)	(42.749)	4.695	-	(338.072)	(37.640)	9.182	-	(366.531)
Móveis e Utensílios	(118.215)	(8.093)	4.748	-	(121.559)	(6.561)	1.553	-	(126.567)
Sistema de Comunicação	(47.642)	(174)	-	-	(47.816)	-	-	-	(47.816)
Instalações	(794)	(170)	-	-	(964)	(170)	-	-	(1.134)
Veículos	(18.474)	-	-	-	(18.474)	-	-	-	(18.474)
Outras Imobilizações	(678.165)	-	-	-	(678.165)	-	-	-	(678.165)
TOTAL	(1.177.621)	(55.352)	9.443	-	(1.223.530)	(48.822)	11.786	-	(1.260.566)

Valor Residual Líquido:	Total
Em 31 de dezembro de 2019	116.985
Em 31 de dezembro de 2018	136.860
Em 31 de dezembro de 2017	133.268

NOTA 13 – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

13.1 Provisões técnicas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão de contraprestação não ganha (i)	26.095.813	25.518.634
Provisão de eventos a liquidar SUS (ii)	9.149.171	9.646.003
Provisão de eventos a liquidar outros (iii)	8.271.368	5.895.899
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (iv)	13.246.509	8.792.456
Total	56.762.861	49.852.992
Circulante	51.039.465	44.543.899
Não Circulante	5.723.395	5.309.092
Total	56.762.861	49.852.992

(i) Para que a Sociedade demonstre suas receitas pelo regime de competência, o montante referente ao faturamento de períodos subsequentes é contabilizado no passivo, na conta provisão de contraprestação não ganha (PPCNG), em contrapartida no ativo, na conta contraprestação pecuniária a receber, sendo apropriada ao resultado de acordo com o período de cobertura do risco;

(ii) Provisão técnica das operadoras de planos privados de assistência à saúde, cuja obrigação legal é de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde – SUS, no eventual atendimento de

seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. A Sociedade realiza depósitos judiciais relacionados a esta provisão;

(iii) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, avisados pelo prestador ou beneficiário e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado no momento da cobrança à operadora;

(iv) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em cálculo atuarial aprovado pela ANS.

As Provisões Técnicas devem ser lastreadas por Ativos Garantidores, dados pelas aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas.

Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão de Contraprestação não ganha	Provisão de eventos a liquidar para SUS e para outros prestadores de serviços assistenciais	Provisão de eventos ocorridos e não avisados	Total
SalDOS em 31/12/2017	23.388.369	10.331.920	12.445.140	46.165.429
Constituições	285.384.035	94.699.267	283.819	380.367.121
Reversões	-	(12.746.549)	(3.936.502)	(16.683.051)
Baixas/Pagamentos	(283.253.771)	(82.051.829)	-	(365.305.599)
SalDOS em 31/12/2018	25.518.634	10.232.809	8.792.456	44.543.899
Constituições	298.163.181	153.191.454	4.660.077	456.014.711
Reversões	-	(30.519.012)	(206.024)	(30.725.035)
Baixas/Pagamentos	(297.586.002)	(121.208.108)	-	(418.794.110)
SalDOS em 31/12/2019	26.095.813	11.697.143	13.246.509	51.039.465

13.2 Garantias das provisões técnicas

Os recursos garantidores vinculados das provisões técnicas da companhia estão aplicados de acordo com as determinações contidas na legislação vigente e estão compostos por:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos Garantidores		
Depósitos Judiciais - SUS	6.804.379	6.811.787
Aplicações Financeiras vinculadas (i)	29.347.772	27.958.763
Total	36.152.151	34.770.550
Provisões Técnicas		
PESL SUS	7.225.520	7.425.949
PEONA	13.246.509	8.792.456
Eventos a Liquidar avisados há mais de 30 dias	873.470	551.936
Total	21.345.500	16.770.342
Suficiência de vínculo dos ativos garantidores	14.806.652	18.000.208

(i) os saldos das Aplicações Financeiras estão líquidos IR.

NOTA 14 – Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Débitos com Operações de Assistência à Saúde	2019	2018
Contraprestações / Prêmios a Restituir	37.788	38.969
Receita Antecipada de Contraprestações	734.178	478.754
Débitos de Comercialização sobre Operações	337.029	1.126.143
Total	1.108.996	1.643.866

NOTA 15 – Imposta de renda e Contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada conforme alíquotas nominais e no resultado do exercício estão apresentadas a seguir:

Conciliação da alíquota nominal à alíquota efetiva		
	2019	2018
Resultado contábil antes do IRPJ e CSLL	40.085.290	41.791.084
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de renda e Contribuição Social pela alíquota efetiva	(13.628.999)	(14.208.969)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Despesas Indedutíveis (i)	(3.798)	(195.851)
Doações e Multas	(165.030)	(171.530)
Equivalência Patrimonial	(2.734.508)	(1.152.948)
Outras diferenças temporárias (ii)	2.203.062	(3.843.533)
Baixa com créditos incobráveis (iii)	(164.293)	-
Outros ajustes	(2.482.782)	3.602.972
Imposto de renda e Contribuição Social no resultado	(16.976.347)	(15.969.859)
Alíquota fiscal efetiva	42,35%	38,21%

NOTA 16 – Débitos Diversos

DESCRIÇÃO	2019	2018
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL		
Salários e Rescisões a pagar	373.315	251.972
Férias e encargos sociais a pagar	786.796	807.782
Outras obrigações com pessoal	12.299	13.272
Sub-Total	1.172.410	1.073.026
FORNECEDORES		
Fornecedores	312.369	1.382.095
Assistência Médica de Funcionários	30.997	-
Intercia-Hospital Avorada	7.156	10.697
Intercia-Esho	59.011	43.669
Sub-Total	409.533	1.436.462
OUTROS DÉBITOS A PAGAR		
Aluguel a Pagar	26.160	23.570
Outros Débitos	19.389	30.093
Sub-Total	45.549	53.663
Total	1.627.492	2.563.151

Termos e condições dos passivos financeiros acima referidos:

- Fornecedores não rendem juros e são geralmente liquidados em prazos de 90 dias.
- Obrigações com pessoal não rendem juros e para o caso de férias tem prazos médios de até dois anos.
- Outros débitos a pagar não rendem juros e são geralmente liquidados em prazos de 30 a 120 dias.

NOTA 17 – Provisões

A) Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis – Grau de Risco Provável

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Avaliação da probabilidade de perda inclui a validação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Essas provisões estão assim demonstradas:

Contingência - Provável	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	Provisões Tributárias	Total
Saldo final do período 2017	100.615	762.058	-	862.673
Adições	121.070	9.906.901	1.445.030	11.473.001
Reversões	(100.615)	(762.058)	-	(862.673)
Saldo final do período 2018	121.070	9.906.901	1.445.030	11.473.001
Adições	582.352	7.477.788	221.483	8.281.623
Reversões	(517.378)	(14.620.835)	(1.666.513)	(16.804.726)
Saldo no final do período 2019	186.044	2.763.854	-	2.949.898

As contingências possíveis estão assim representadas:

Contingência - Possível	2019	2018	2017
Tributária	1.409.668	2.536.762	-
Cível	646.502	10.281.824	6.497.669
Trabalhista	717.252	1.771.780	814.365
Total	2.773.423	14.590.366	7.312.034

A Sociedade possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e por seus assessores legais como possível.

NOTA 18 – Patrimônio líquido

18.a Capital Social

O Capital Social está subscrito e integralizado, representado por 25.106.551 (Vinte e cinco milhões, cento e seis mil, quinhentos e cinquenta e uma), quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, representando um capital social de R\$ 25.106.551 (Vinte e cinco milhões, cento e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais) pertencentes a pessoas jurídicas, físicas, brasileiras, residentes e domiciliadas no país.

18.b Reservas de Lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade constituiu reserva de lucros de R\$ 23.108.943 que corresponde a 100% do lucro líquido. Em 2018, também teve a constituição de reserva de lucros R\$ 25.821.225 que corresponde a 100% do lucro líquido.

NOTA 19 – Eventos Indenizáveis Líquidos

Abertura de Eventos Indenizáveis por plano e rede credenciada

Cobert. Assist.c/Preço Pre-estabelecido	2019	2018
Plano Individual/Familiar	117.485.585	96.943.453
Pl.Coletivos por Adesao	15.402.592	19.691.509
Pl.Coletivos Empresariais	88.009.939	81.593.608
Sistema Unico de Saude - SUS	1.689.004	2.055.172
Prov.de Ev/Sin.Ocor.e Ñ Avisados-PEONA	4.454.053	(3.652.683)
Total	227.041.173	196.631.059

NOTA 20 - Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionada com Planos de Saúde da OPS

Outras Receitas Operacionais	2019	2018
Sobra de Caixa	14	1
Rendas Eventuais	355	-
Recup. De Créditos Incobráveis	152.356	87.150
Recuperação de Despesas	25.948	351.897
Total	178.674	439.048

NOTA 21 – Resultado Financeiro Líquido

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas financeiras		
Despesas por pagto. em atraso - SUS (i)	214.163	116.772
Despesas bancárias	20.269	17.528
Despesas Impostos s/ trans. Financeiras	2.929	3.882
Outras	115	27.990
Subtotal	237.475	166.172
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	5.824.045	6.113.517
Receitas por recebimento em atraso (ii)	1.172.503	942.049
Receitas com depósitos judiciais (iii)	96.743	8.891
Descontos obtidos (iv)	263.062	372.229
Subtotal	7.356.354	7.436.687
Total líquido	7.118.878	7.270.515

(i) Valores de multas e juros sobre os pagamentos das GRU indeferidas pela ANS;

(ii) Valores de multas e juros sobre os recebimentos em atraso das contraprestações pecuniárias;

(iii) Atualizações monetárias dos depósitos judiciais que foram levantados em função dos encerramentos dos processos judiciais;

(iv) Desconto financeiro sobre os pagamentos das guias de recolhimento referente às multas pecuniárias da ANS e também sobre pagamentos há alguns fornecedores de clínicas credenciadas.

NOTA 22 – Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, sendo as principais sumariadas a seguir:

Descrição	Transação	Categoria	2019			
			Ativo		Passivo	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
HAC	Adiantamentos diversos	Controlada direta	5.695.785	-	-	-
HAC	Adiantamento para aumento de capital	Controlada direta	-	3.775.495	-	-
HAC	provisões eventos				7.156	
HAT	provisões eventos				21.023	
AMICO	provisões eventos				340	
ESHO	provisões eventos				864.082	
TOTAL			5.695.785	3.775.495	892.601	-

Descrição	Transação	Categoria	2018			
			Ativo		Passivo	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
HAC	Adiantamento para aumento de capital	Controlada direta	-	1.000.000	-	-
HAC	provisões eventos				10.697	
AMICO	provisões eventos				7.714	
ESHO	provisões eventos				1.208.854	
TOTAL			-	1.000.000	1.227.265	-

Descrição	Transação	Categoria	2019		2018	
			Receita	Despesa	Receita	Despesa
HAC	provisões eventos	Controlada direta	-	114.938.832	-	63.299.902
HAT	provisões eventos		-	316.539	-	2.458
AMICO	provisões eventos		-	453.339	-	54.688
ESHO	provisões eventos		-	9.911.736	-	3.461.026
TOTAL			-	125.620.446	-	66.818.074

NOTA 23 – Instrumentos financeiros e Gerenciamento de Riscos

23.1 Considerações Gerais

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Modelos e informações de mercado são utilizadas para estimar os montantes de valor justo, que podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade com destaque para disponibilidades incluem as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores.

23.2 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

23.2.1 Classificação

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais ativos financeiros da Sociedade consistem em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes que resultam diretamente de suas operações. Os principais passivos financeiros da Sociedade referem-se a obrigações com fornecedores. As principais obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações.

A Sociedade não realizou nos exercícios de 2019 e 2018 operações com instrumentos financeiros derivativos ou qualquer operação com caráter especulativo.

23.2.2 Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo das contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Os valores justos e contábeis dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e suas respectivas classificações são os seguintes:

	31/12/2019	
	Valor justo	Valor contábil
Ativos Financeiros		
Empréstimos e Recebíveis		
Caixa e bancos	80.851	80.851
Contraprestações pecuniárias a receber	20.166.700	20.166.700
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	108.943.419	108.943.419
Passivos Financeiros		
Custo amortizado		
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	51.039.465	51.039.465
Débitos diversos	1.627.492	1.627.492

23.3. Gerenciamento de risco

A Sociedade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade destacam-se:

a) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada de clientes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. A Sociedade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e curto prazo de vencimento.

b) Risco de taxa de câmbio

Assim como as demais empresas atuantes no setor de saúde suplementar, a Sociedade também está sujeita aos efeitos da variação cambial sobre os custos dos serviços prestados, tendo em vista que parte dos materiais médico-hospitalares estão vinculados à variação cambial.

c) Risco de liquidez

A Sociedade monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo. Os índices de liquidez corrente e geral da Sociedade em 31 de dezembro de 2019 eram 2,43 e 2,36, respectivamente.

NOTA 24 – Outras Informações

24.1 - Quadro Auxiliar de eventos médico-hospitalares – assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos médico-hospitalares – assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do período de 31 de dezembro de 2019 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01 de novembro de 2019, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido, como segue:

	Rede		31/12/2019	31/12/2018
	Contratada	Reembolso	Total	Total
Consultas Médicas	78.975.156		47.420.170	31.554.986
Exames	83.215.958		40.629.648	42.586.310
Terapias	40.850.564		21.224.420	19.626.144
Internações	80.662.055		40.391.506	40.270.549
Outros Atendimentos	14.692.658		8.973.082	5.719.576
Demais despesas	120.721.428	8.867	62.259.289	58.471.006
Total	419.117.819	8.867	220.898.115	198.228.570

24.2 – Quadro com informações sobre Corresponsabilidade Assumida em 2018 e 2019

EVENTOS/SINISTROS CONHECIDOS E AVISADOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR (GRUPO 411X1)	Carteira Própria (beneficiários da Operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2018	2019	2018	2019
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
1.1 - Planos Individuais /Familiars antes da lei				
Despesas com Eventos/Sinistros	7.126.910	6.596.449		
(-) Glosa	(8.384)	(4.286)		
1.2 - Planos Individuais /Familiars posterior da lei				
Despesas com Eventos/Sinistros	89.977.199	111.082.791		
(-) Glosa	(70.222)	(133.694)		
(-) Recuperação por Coparticipação	(82.050)	(61.061)		
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da lei				
Despesas com Eventos/Sinistros	19.702.990	15.425.586		
(-) Glosa	(11.480)	(22.994)		
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da lei				
Despesas com Eventos/Sinistros	195.938	199.436		
(-) Glosa		(772)		
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da lei				
Despesas com Eventos/Sinistros	82.239.008	89.474.387	1.909	5.386
(-) Glosa	(84.471)	(135.115)	(4)	
(-) Recuperação por Coparticipação	(758.772)	(1.527.997)		
TOTAL	198.226.665	220.892.730	1.905	5.386

NOTA 25 - Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais

CONCILIAÇÃO LUCRO LÍQUIDO COM CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.108.943	25.821.225
<i>Ajustes:</i>		
Depreciação e amortização	48.658	54.953
Provisões perda sobre créditos	634.621	464.233
Provisão/Reversão para contingência	(8.523.102)	10.610.328
Provisão/reversão para PEONA	4.454.053	(3.652.683)
Provisão/reversão para SUS	692.720	(47.086)
Resultado da equivalência patrimonial	8.042.672	3.392.098
Impostos Diferidos	2.762.550	(3.033.569)
Outros	659	537
Reversão Passivo a descoberto	-	(3.474.879)
Resultado ajustado	31.221.774	30.135.156
Variações nos ativos e passivos		
Diminuição (aumento) nos Ativos		
Aplicações financeiras	(10.665.925)	(5.188.609)
Contraprestações pecuniárias a receber	8.520	(1.549.148)
Créditos tributários	(342.801)	(352)
Bens e títulos a receber	82.775	(5.441.904)
Despesas antecipadas	(78.402)	(2.237)
Títulos e créditos a receber longo prazo	(12.944)	(3.947.155)
Depósitos judiciais e fiscais	477.342	(522.674)
Varição das atividades operacionais - ativas	(10.531.435)	(16.652.080)
Aumento (diminuição) nos Passivos		
Ressarcimento SUS	(496.832)	(845.843)
Provisão para eventos a liquidar credenciados	7.406.701	(1.675.988)
Recebimento antecipado	255.425	53.350
Despesas comercial a liquidar	(789.114)	648.681
Débito com operadoras de planos de assistência à saúde	(1.181)	35.658
Tributos e contribuições	(490.069)	(455.691)
Outros débitos a pagar	(935.660)	(520.859)
Outras exigibilidades de longo prazo	(8.523.102)	10.610.328
Varição das atividades operacionais - passivas	(3.573.833)	7.849.637
Caixa das atividades operacionais	17.116.506	21.332.713

DIRETORIA EXECUTIVA

JACQUES JEAN DANIEL COUDRY

DIRETOR VICE-PRESIDENTE

TATIANA FISCINA DE SANTANA

DIRETORA SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

CONTADORA

MARCIA RITA NEFERTITE CAPOVILLA MIRANDA

CRC 1SP188938/O-9